

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado examinarão hoje medidas para resolver o problema financeiro dos parlamentares. As propostas tentam criar salários indiretos para driblar a proibição constitucional que só permite aumento de quatro em quatro anos ou junto com o funcionalismo.

Na Câmara, está em estudo uma proposta do deputado Benedito Domingos (PP-DF), terceiro-secretário, para aumentar a verba de gabinete de R\$ 10 mil para R\$ 20 mil ou a contratação de mais três funcionários por gabinete. Outra sugestão é a volta do pagamento pelo comparecimento do parlamentar às sessões conjuntas (Câmara e Senado) do Congresso Nacional. Este pagamento foi extinto pela Constituição de 88.

No Senado, será apresentado o projeto do segundo vice-presidente, Júlio Campos (PFL-MT), criando uma verba de gabinete de R\$ 50 mil, que seria acrescentada ao salário de R\$ 8 mil. Em compensação, acabariam as verbas de ajuda de custo com moradia, transportes, correios e passagens aéreas.

**Rejeição** — Os presidentes da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) e do Senado, José Sar-

ney (PMDB-AF) anunciam ontem que vão rejeitar todas as propostas. Sarney foi mais adiante: "Enquanto eu for presidente não haverá aumento adicional de salários". O deputado Luís Eduardo não deixou por menos: "Os deputados precisam controlar suas despesas".

Os deputados estão inadimplentes. Pelo menos 23 estouraram o limite de R\$ 20 mil do seu cheque especial, e 150 estão no vermelho, entrando e saindo desse limite. O problema é que o Banco do Brasil — órgão pagador da Câmara e do Senado — vem descontando os juros de 18% do salário. As dívidas têm prazo para renegociação até o dia 30 deste mês. Tem deputado pagando de R\$ 5 mil a R\$ 6 mil de juros, quase o valor do salário (R\$ 8 mil).

Da mesma forma, a Câmara desconta mensalmente nos cheques o que excede dos limites das cotas de telefone, correios e passagens aéreas. Não é mais permitido acumular. Bateu a despesa, ela é descontada. Quando recebem seus salários, além do desconto de 35% de Imposto de Renda, pagam os juros do cheque especial e o excesso das cotas.

# Mesas examinam reajuste salarial de parlamentar

Francisco Stuckert